

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.626.870 - RS
(2019/0352754-0)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : LUIZ JOSE NOGUEIRA LIMA
ADVOGADO : CLEDI DE FÁTIMA MANICA MOSCON E OUTRO(S) -
RS039794
EMBARGADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : PAULO ROBERTO BASSO - RS025762
ADVOGADA : MARCIA REGINA LUSA CADORE E OUTRO(S) - RS029266

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por LUIZ JOSE NOGUEIRA LIMA em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, em razão da aplicação de súmulas de admissibilidade recursal, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que:

A Sumula 284 do STF diz que é inadmissível o RE quando a decisão não permite a exata compreensão da controvérsia. A questão restou obscura, pois genérica. Requer seja esclarecido, qual ponto do recurso não permitiu a compreensão da controvérsia, vez que em cada parágrafo foi apontada a contradição ou a omissão de modo claro e direto.

[...]

Ocorre que há contradição com o constante dos autos, uma vez que o autor ingressou com os competentes embargos de declaração ao tribunal em todos os itens. Veja-se evento 14, com base no § 1º do art. 489 do CPC, entre outros fundamentos. Ademais, o § 1º do art. 489 do CPC, trata justamente dos casos em que a decisão não pode ser considerada fundamentada e, por essas razões, deveria ser objeto de embargos de declaração, o que foi feito. Portanto, o § 1º do art. 489, incide em conjunto com o art. 1022, conforme prescrito no inciso II do parágrafo único do art. 1022.

[...]

Em que pese os embargos de declaração, o tribunal de origem manteve-se silente, configurando o ferimento ao art. 10 do CPC, com ofensa direta por negativa de prestação jurisdicional ao art. 489 § 1º, por decorrência da prescrição no § único do art. 1022 Todos do CPC. (fls. 492 a 494).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes

aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese.**

Ressalta-se que a via especial, dada a sua natureza extraordinária, não possui devolutividade ampla e exige fundamentação vinculada, de modo que cabe a parte recorrente delinear de forma específica a questão federal a ser apreciada. Em razão disso, acertada é a decisão de não conhecimento de recurso especial que indica a violação genérica a dispositivos legais cujo *caput* não possuem comando normativo suficiente (art. 1.022 do CPC), sem especificar seus incisos, pois não se pode exigir no âmbito dos recursos de natureza extraordinária que se deduza da argumentação desenvolvida pela parte recorrente o dispositivo de lei federal mais adequado à controvérsia recursal.

Ademais, cumpre ressaltar que esta Corte, ao interpretar o art. 1.025 do Código de Processo Civil, concluiu que a caracterização do prequestionamento ficto exige que no mesmo recurso seja apontada de forma adequada a violação ao art. 1.022 do mesmo diploma legal, a fim de que o Superior Tribunal de Justiça possa aferir a existência de algum vício no julgado e admitir o prequestionamento ficto.

Nesse sentido, vale citar os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO NO CARGO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO PARA A DEMISSÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO SEM O CUMPRIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS LEGAIS. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. INDENIZAÇÃO REFERENTE AOS VENCIMENTOS DEVIDOS. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 11 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. ART. 1.025 DO CPC/2015. INAPLICABILIDADE, NO CASO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática publicada em 06/02/2018, que julgou recursos interpostos contra acórdão e decisão, publicados na vigência do CPC/2015.

II. Não tendo o acórdão hostilizado expandido qualquer juízo de valor sobre o art. 11 do CPC/2015, a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, o da ausência de prequestionamento - requisito viabilizador da abertura desta instância especial -, ataindo o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso

extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"), na espécie.

III. Para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, em suas razões recursais. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto IV. Na forma da jurisprudência do STJ, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (STJ, REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 10/04/2017).

V. Consoante se depreende dos autos, o acórdão recorrido não expendeu juízo de valor sobre o art. 11 do CPC/2015, invocado na petição do Recurso Especial, nem a parte ora agravante opôs os cabíveis Embargos de Declaração, nem suscitou, perante o Tribunal de origem, qualquer nulidade do acórdão recorrido, por suposta ausência da devida fundamentação do julgado, não se alegando, no Especial, ademais, violação ao art. 1.022 do CPC/2015, razão pela qual impossível aplicar-se, no caso, o art. 1.025 do CPC vigente.

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.224.882/MA, relatora Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, DJe de 19/06/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO NO CARGO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO PARA A DEMISSÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO SEM O CUMPRIMENTO DE TODOS OS REQUISITOS LEGAIS. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. INDENIZAÇÃO REFERENTE AOS VENCIMENTOS DEVIDOS. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 11 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. ART. 1.025 DO CPC/2015. INAPLICABILIDADE, NO CASO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão monocrática publicada em 06/02/2018, que julgou recursos interpostos contra acórdão e decisão, publicados na vigência do CPC/2015.

II. Não tendo o acórdão hostilizado expendido qualquer juízo de valor sobre o art. 11 do CPC/2015, a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, o da ausência de prequestionamento - requisito viabilizador da abertura desta instância especial -, atraindo o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada"), na espécie.

III. Para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, em suas razões recursais. É necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação

federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não, ao caso concreto IV. Na forma da jurisprudência do STJ, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (STJ, REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 10/04/2017).

V. Consoante se depreende dos autos, o acórdão recorrido não expendeu juízo de valor sobre o art. 11 do CPC/2015, invocado na petição do Recurso Especial, nem a parte ora agravante opôs os cabíveis Embargos de Declaração, nem suscitou, perante o Tribunal de origem, qualquer nulidade do acórdão recorrido, por suposta ausência da devida fundamentação do julgado, não se alegando, no Especial, ademais, violação ao art. 1.022 do CPC/2015, razão pela qual impossível aplicar-se, no caso, o art. 1.025 do CPC vigente.

VI. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.224.882/MA, relatora Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, DJe de 19/06/2018).

Registre-se que "não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13.8.2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28.6.2007" (EDcl nos EDcl no REsp 1642531/SC, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19/4/2018, DJe de 22/4/2019).

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente